

Hortas Urbanas Comunitárias e a Economia Solidária

Urban Community Gardens and Solidarity Economy

PIMENTEL, Andrea Eloisa Bueno. Centro de Ciências Agrárias - Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, campus de Araras, email: andreabp@cca.ufscar.br. CARRILLI, Ana Laura. Faculdade de Ciências Agrônômicas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Unesp, campus de Botucatu, email: ana.carrilli@hotmail.com

Resumo

Este trabalho objetiva analisar o funcionamento de hortas urbanas comunitárias implantadas no município de Botucatu (SP) e verificar se estas se encontram dentro da lógica da Economia Solidária. Conclui-se que estas hortas estão inseridas na lógica da economia solidária na medida em que garantem aos participantes trabalho, renda, melhoria da alimentação e inclusão social. Contudo, mudanças políticas podem modificar essa forma de alocação dos recursos por parte da prefeitura e assim a manutenção desses empreendimentos. Também não há mecanismo que garanta a venda desses produtos apenas para a população do entorno.

Palavras-chave: Trabalho, renda, segurança alimentar.

Abstract

This paper examined the functioning of urban community gardens located in Botucatu (SP) and check whether these are within the logic of the Solidarity Economy. It is concluded that these gardens are included in the logic of solidarity economy in that the participants provide work, income, improved nutrition and social inclusion. However, policy changes can change the form of allocation of resources by the government and thus the maintenance of such ventures. There is no mechanism to ensure the sale of these products only for the surrounding population.

Keywords: Work; income; food safety.

Introdução

Historicamente a produção de alimentos sempre esteve atrelada às áreas rurais, restando aos centros urbanos o papel de grandes consumidores de produtos agrícolas. As hortaliças e ervas são facilmente produzidas em pequenas áreas, desde que haja disponibilidade de água. São plantas com grande quantidade de nutrientes e podem apresentar propriedades terapêuticas.

E é cada vez maior o número de hortas urbanas que se multiplicam em comunidades urbanas de baixa renda. São espaços localizados em terrenos não aproveitados ou subaproveitados, em regiões periféricas de maior concentração de população de baixa renda. Visa a produção de horticulturas preferencialmente a partir de um manejo orgânico, de forma a garantir uma melhora na qualidade de vida da população residente em áreas periféricas da cidade através da geração de trabalho, inclusão social e segurança alimentar.

A participação desses produtores pode extrapolar das demandas apenas para as hortas para demandas em prol da comunidade local, ampliando a inclusão social. Tais hortas podem se tornarem empreendimentos econômicos solidários, sendo estes definidos (GAIGER et al, 1999) como sendo organizações coletivas de trabalhadores voltados para a geração de trabalho e renda, regidos, idealmente, por princípios de autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

Singer (2002) define Economia Solidária como o conjunto de experiências coletivas de trabalho,

produção, comercialização e crédito organizado por princípios solidários e que aparecem sob diversas formas: cooperativa e associações de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, “clubes de trocas”, “bancos do povo” e diversas organizações populares, urbanas e rurais.

As especificidades que distinguem um empreendimento econômico solidário de um pautado pelas regras da corrente econômica hegemônica são os estímulos à solidariedade entre os membros via autogestão e reintegração dos trabalhadores que foram expurgados do mercado de trabalho por questões estruturais (SINGER, 2003).

As redes de consumo solidário, formadas por lojas, feiras livres ou locais existentes no próprio empreendimento, podem absorver parte ou toda a produção desses empreendimentos, reduzindo a distância entre os produtores e consumidores. Dentro dessa lógica, comercializa-se produto de qualidade, a um preço justo que remunere o trabalhador, mas que também seja acessível à população.

Este trabalho objetiva analisar o funcionamento dessas hortas urbanas comunitárias implantadas em Botucatu (SP) e verificar se estas se encontram dentro da lógica da Economia Solidária.

Metodologia

Foram feitas visita as hortas, aplicação de questionários contendo perguntas estruturadas aos líderes dessas hortas e representante da Secretaria da Agricultura do município.

Resultados e discussões

A primeira horta urbana comunitária em Botucatu (SP) surgiu em 2001, sob a coordenação da Secretaria Municipal da Assistência Social, através da ação do Núcleo de Participação Popular - Orçamento Participativo. Posteriormente, com a criação da Secretaria de Agricultura, a coordenação passou a ser exercida pelas duas secretarias, contando com a colaboração da Faculdade de Ciências Agrônômicas – FCA e da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia – FMVZ, ambas pertencentes a Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”- Unesp, campus de Botucatu, e suporte da Secretaria Municipal de Obras.

Em 2008 eram 16 hortas urbanas comunitárias, implantadas através de demanda popular, em terrenos da prefeitura, localizados em regiões periféricas da cidade, com elevada concentração de famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, visando à produção de hortaliças de boa qualidade, para o consumo próprio dessas famílias e venda do excedente a baixo custo a consumidores preferencialmente do entorno. Além dessas 16 hortas, as secretarias gerenciavam 5 hortas escolares, 8 hortas em projetos assistenciais e 2 hortas de plantas medicinais ligadas ao programa Saúde da Família.

A Secretaria de Agricultura assessora tecnicamente esses trabalhadores e viabiliza a produção com entrega de esterco, mudas, adubo orgânico, calcário, pagamento da água utilizada e doação de materiais permanentes como pás, enxadas, carrinhos de mão. A Secretaria Municipal de Assistência Social cuida do cadastro dos participantes e oferece cesta básica a todos os trabalhadores das hortas. As mudas são produzidas nas dependências da FCA e o esterco é doado pela FMVZ. A Secretaria Municipal de Obras fornece as máquinas usadas na limpeza e preparo dos terrenos, para o início das hortas.

São produzidas alface, chicória, almeirão, salsa, cebolinha, repolho, couve, brócolis, beterraba, berinjela, jiló, coentro, alho poró, cenoura, beterraba, rúcula, rabanete, vagem, pimenta, moranga, abóbora, quiabo, ervilha. A venda, antes concentrada no pátio da Secretaria da Agricultura, é

realizada pelos produtores, nas hortas e em vendas diretas utilizando carrinhos de mão. Há também participação de produtores de 2 hortas, numa feira semanal de produtores orgânicos, realizada nas dependências do Espaço Cultural, um espaço da prefeitura situado no centro urbano do município.

O tamanho dos terrenos é variado, bem como o número de participantes por hortas. Há participação de aposentados que garantem, além de renda adicional, uma forma de lazer e terapia.

A produção orgânica nestas hortas comunitárias não visa, como em muitos mercados, a agregação de valor ao produto, garantindo maior retorno econômico ao produtor, mas sim, garantir produto de qualidade para esses produtores e consumidores. A venda do excedente a um preço inferior a média praticada pelo mercado convencional garante a aquisição desses produtos pela população mais carente, ou seja, moradores do entorno das hortas.

Conclusões

As hortas urbanas comunitárias situadas no município de Botucatu (SP) estão inseridas na lógica da economia solidária na medida em que garantem aos participantes dessas hortas trabalho, renda, melhoria da alimentação e inclusão social. O acesso e a concessão, por parte da prefeitura, dos insumos e materiais necessários para a produção das hortaliças possibilita a produção desses alimentos a um preço inferior ao praticado pelo mercado, possibilitando que a população do entorno das hortas possa adquirir produtos de qualidade, a preços mais acessíveis do que os existentes nos mercados tradicionais.

Contudo, mudanças políticas, como a mudança de prefeito, podem mudar essa forma de alocação dos recursos. Não há lei que garanta a prefeitura o dever de dar todo suporte necessário para a viabilização dessas hortas. Além disso, considerando tamanho das hortas e volume produzidos, algumas necessitam de menores intervenções que outras. Também não há mecanismo que garanta a venda desses produtos apenas para a população do entorno.

Referências

GAIGER, L. et al. A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas. *Cadernos CEDOPE – Série Movimentos Sociais e Cultura*, São Leopoldo, n. 15, 1999.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Economia Solidária In: CATTANI, A. D (org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.